

EVOLUÇÃO DA QUALIDADE DO EMPREGO RURAL NO BRASIL E REGIÕES ENTRE 2004 E 2009 SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO¹.

Nelly Maria Sansígolo de Figueiredo

Doutora em Economia Agrária pela ESALQ/USP; docente pesquisadora na PUC-Campinas, Grupo de Pesquisa Desigualdades Socioeconômicas e Políticas Públicas (nelly.figueiredo@puc-campinas.edu.br).

Bruna Angela Branchi

Doutora em Economia pela Universidade de Pavia, Itália; docente pesquisadora na PUC-Campinas, Grupo de Pesquisa Desigualdades Socioeconômicas e Políticas Públicas. (bruna.branchi@puc-campinas.edu.br).

Camila Strobl Sakamoto

Economista, graduada pela PUC-Campinas; participante do Grupo de Pesquisa Desigualdades Socioeconômicas e Políticas Públicas durante a graduação, como bolsista de Iniciação Científica FAPIC/Reitoria da PUC-Campinas. (camilasaka@uol.com.br).

Resumo: num contexto mudanças no mercado de trabalho brasileiro, este estudo visa analisar a qualidade do emprego no meio rural em 2004 e 2009 através de um indicador que sintetiza grau de formalidade, rendimentos e auxílios recebidos pelo trabalhador. Visa ainda comparar a evolução da qualidade do emprego feminino e masculino nas regiões brasileiras e avaliar os progressos relativos da mulher no meio rural. São utilizados os microdados da PNAD de 2004 e 2009. Pelos resultados, o progresso na qualidade do emprego feminino nesse período resultou ser inferior ao do emprego masculino, especialmente no quesito remuneração; e as diferenças regionais se aprofundaram.

Palavras-chave: qualidade do emprego, gênero, mercado de trabalho rural, desigualdades regionais.

EVOLUTION OF THE QUALITY OF THE RURAL JOB IN BRAZIL AND REGIONS BETWEEN 2004 AND 2009 FROM A GENDER PERSPECTIVE

Abstract: in a context of changes of the labor market in Brazil, this article aims to analyze the quality of the occupation in the rural Brazil in 2004 and 2009 by estimating an index which summarizes variables related to formality, income and other benefits received by the worker. It also analyzes the evolution of this index for female e male workers across the Brazilian regions, to evaluate the women's progress between 2004 and 2009. Data comes from, PNAD (National Household Sample Survey) 2004 and 2009. In synthesis, female rural worker recorded a smaller progress in their job quality index than male rural worker, especially due to the income component; and regional disparities became more severe in the analyzed period.

Keywords: job quality, gender, rural labor market, regional disparities

Classificação JEL: J21, J16, J43

¹Este artigo foi desenvolvido no âmbito do Projeto CNPq 402485/2010-6 do Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 20/2010 - Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo.

Recebido em 21/06/2011. Liberado para publicação em 02/11/2011

Introdução

No Brasil, desde a década de 60, a agricultura experimentou um intenso processo de modernização que promoveu transformações nas condições de trabalho da população rural (Kageyama, 1985). Um aspecto relevante com relação ao trabalho diz respeito às transformações na principal forma de contratação da mão-de-obra vigente até então: a relação de colonato, em que o colono e a família moravam na fazenda contratante. Nela, as mulheres participavam da agricultura no momento da safra, por exemplo, ajudando os colonos, e também se ocupavam das atividades para autoconsumo, numa visão de trabalho agrícola como “extensão da suas tarefas domésticas” (Heredia & Cintrão, 2006, p. 108). O colonato foi sendo substituído pelo contrato de assalariamento, enquanto que as colônias existentes no estabelecimento rural foram sendo esvaziadas. Para as famílias rurais, deixar a colônia significa abandonar algumas atividades não remuneradas que, além de contribuir com o bem estar da família, empregavam vários membros da mesma, entre os quais as mulheres. Por outro lado, as novas condições do trabalho assalariado do marido criam novas necessidades e oportunidades para as mulheres.

A mulher desse “novo” trabalhador agrícola tem maior necessidade de encontrar um trabalho remunerado, devido ao salário precário e às crescentes necessidades que a importação de modelo de consumo urbano geram nas famílias rurais (Osakabe, 2005). Além disso, essa mulher agora tem maior disponibilidade de tempo, já que as horas antes dedicadas às atividades não remuneradas da colônia podem agora ser dedicadas a um trabalho remunerado. Infelizmente, a divisão tradicional das atividades familiares e a conseqüente maior experiência da mulher em atividades domésticas direcionam essa força de trabalho secundária para o emprego de serviços domésticos (Balsadi, 2000) ou para algumas das atividades classificadas como “novo rural não-agrícola” (Graziano, 1997). Apesar das mulheres encontrarem nas atividades não-agrícolas formas de ocupação remunerada, alternativas e mais regulares daquelas relacionadas ao autoconsumo (Leone, 2004 *apud* Leone *et al.*, 2007), há uma predominância da população rural feminina nas profissões de serviços domésticos, que representam ocupações com precárias condições de trabalho, assim como ressalta Balsadi (2000). Ainda segundo o autor, nesta categoria de ocupação (serviços domésticos), mesmo as mulheres tendo maior escolaridade que os homens, os homens desfrutam de melhores condições de trabalho, pois exercem profissões como motorista particular, caseiro, jardineiro. No geral, apesar da maior escolaridade média das mulheres no Brasil, as remunerações destas são menores do que dos homens nas mesmas ocupações, tanto no meio urbano como no meio rural (Bruschini, 2007).

A partir de 2003 o mercado de trabalho brasileiro começa a enfrentar uma fase mais favorável ao trabalhador, aumentando tanto a ocupação quanto a proporção de contratos formais. Essa tendência se manifesta também no mercado de trabalho nas áreas rurais (Leone *et al.*, 2007). Porém como notam esses autores se é verdade que

entre 2002-2005 a ocupação rural feminina aumenta mais rapidamente do que a masculina (a uma taxa de 2,5% ao ano contra 1,5% ao ano dos homens), isso não significa a eliminação da discriminação já que a ocupação feminina cresce com um menor grau de formalidade. Segundo os mesmos autores, a ocupação no setor agrícola apresenta um grau de formalidade muito baixo para os homens (10%) e próximo a zero para as mulheres. As atividades não-agrícolas, onde a presença feminina é bem maior do que a masculina (28,7% contra 20%) o grau de formalidade das mulheres é inferior ao dos homens.

O presente artigo focaliza a participação feminina no mercado de trabalho rural² nos anos de 2004 e 2009, com o objetivo de avaliar a qualidade do emprego das mesmas e detectar possíveis progressos nesse quinquênio. O indicador da qualidade de emprego, que será detalhado na próxima seção, é um índice composto por três componentes: remuneração, grau de formalização e auxílios ao trabalhador com o intuito de oferecer uma medida sintética da qualidade do emprego que vai além da simples diferença nas remunerações. Esse indicador foi calculado para homens e mulheres ocupados residentes na área rural nos anos de 2004 e 2009. Contrastando a situação dos trabalhadores, classificados por gênero nesses dois anos, será possível verificar se a mulher se beneficiou dessa fase favorável do mercado de trabalho brasileiro e se ela melhorou a sua posição relativa.

1. Procedimentos Metodológicos

1.1 Fonte de dados e amostras

Para analisar as condições de trabalho por gênero da PEA rural, são utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2004 e 2009, fornecidos em meio digital pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As análises estatísticas são feitas ponderando-se os dados pelos fatores de expansão (peso da pessoa) dados pela PNAD de cada ano, sendo que a extração das amostras e a análise estatística exploratória dos dados foram desenvolvidas com o apoio do *software* SPSS.

Deve-se notar que a PNAD, prevista desde o seu início para ser nacional, só alcançou a cobertura completa do território nacional em 2004, quando a mesma foi implantada na área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e alcançou a cobertura completa do território nacional. Justifica-se assim a escolha do período deste estudo, de forma a incluir a primeira edição em que é possível analisar o rural da Região Norte (2004), e a última edição disponível (2009).

A PEA rural é selecionada pela situação do domicílio dos ocupados, segundo os critérios da PNAD. A classificação do domicílio por situação rural e urbana pela PNAD

² O conceito de rural está associado ao espaço geográfico, porém envolvendo mais do que essa condição. Uma síntese do debate sobre a definição e as características do rural, tanto em Economia quanto em Sociologia, pode ser encontrada no primeiro capítulo de Kageyama (2008).

segue a classificação legal à época da realização do Censo Demográfico, sendo mantida durante o período intercensitário. Dessa forma, os resultados “não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio.” (IBGE, 2008, p. 10). Além da classificação legal, o IBGE utiliza oito classes de localização da população, segundo as características físicas do local do domicílio. Segundo o IBGE a população urbana é formada pelos habitantes das seguintes localizações de área: 1) áreas urbanizadas de cidades ou vila; 2) áreas não-urbanizadas de cidades ou vilas, caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural; 3) áreas urbanas isoladas, separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal. A população rural é classificada segundo cinco localizações da área: 1) aglomerado de extensão urbana, localizados fora do perímetro urbano, de caráter urbano; 2) povoado, que é o aglomerado rural isolado que oferece um número mínimo de serviços ou equipamentos ; 3) núcleo, que é o aglomerado rural isolado de caráter privado ou empresarial, vinculado a um único proprietário do solo que dispõe de serviços e equipamentos; 4) outros aglomerados que não dispõem de um mínimo de serviços ou equipamentos ; 5) área rural exceto aglomerado.

Esta pesquisa segue o critério legal de rural, incluindo as 5 localizações de rural da PNAD, como descritas acima, ou seja, a área externa ao perímetro urbano constituída por aglomerados rurais de extensão urbana, os aglomerados rurais isolados (povoados e núcleos) e a zona rural exclusive os aglomerados rurais.

A amostra selecionada inclui as pessoas ocupadas residentes no meio rural, com 10 anos ou mais de idade. Dadas as condições da ocupação apresentadas pelo IBGE, foram selecionadas as pessoas que trabalharam ou se encontravam temporariamente afastadas do trabalho na semana de referência³.

Com relação à ocupação, o IBGE define algumas categorias principais: empregado (pessoa que trabalha para um empregador, com carteira assinada ou não, sendo que os empregados domésticos são tratados como uma categoria distinta); conta-própria (trabalha conduzindo seu próprio empreendimento, sem ter empregado remunerado); empregador (trabalha no próprio empreendimento, com pelo menos um empregado remunerado); e trabalhador não-remunerado.

³ A PNAD considera como trabalho o exercício de: 1) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias e benefícios, na produção de bens e serviços; 2) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; 3) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços em jornada de pelo menos 1 hora por semana em: a) ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como conta própria, empregador ou empregado na produção de bens primários; b) ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; c) como aprendiz ou estagiário; 4) ocupação desenvolvida durante pelo menos uma hora por semana na: a) produção de produtos primários destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar, ou b) na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar (IBGE, 2008:29).

Pela tabela 1 observa-se a redução do número de ocupados no meio rural, de 3,9% no período analisado. Os trabalhadores por conta própria, que representam a principal posição na ocupação, registraram uma contração de mais de 10%, continuando a ocupar 24,5% da PEA rural. Em 2004, 23,9% da PEA rural estava ocupada em atividades não remuneradas e essa categoria registrou a maior redução (34,3%) chegando a 16,3% em 2009. Outro aspecto positivo foi o crescimento dos empregados com carteira assinada. Do outro lado, os empregados sem carteira e os ocupados na produção para consumo próprio ou construção para uso próprio aumentaram, representando quase 39% dos ocupados, revelando a precariedade do emprego no rural brasileiro em 2009. Se de um lado isso sugere uma maior organização no mercado de trabalho, o aumento de quase meio milhão de pessoas ocupadas na produção para autoconsumo e na construção para uso próprio sugere uma falta de oportunidades de trabalho para a PEA rural, que acaba por contornar dessa forma o problema do desemprego rural.

Tabela 1. Posição na ocupação da PEA rural de 10 anos ou mais de idade. Brasil, 2004 e 2009.

Categorias na posição da ocupação	2004		2009		Variação do número 2004-2009	
	Número (mil)	Part. %	Número (mil)	Part. %	Absoluta (mil)	Relativa %
Empregados com Carteira	1.902,1	11,5	2.425,6	15,2	523,4	27,5
Empregados sem Carteira	3.411,9	20,6	3.487,7	21,9	75,8	2,2
Conta própria	4.354,2	26,3	3.909,1	24,5	-445,1	-10,2
Empregador	369,0	2,2	347,7	2,2	-21,3	-5,8
Autoconsumo e auto construção	2.220,4	13,4	2.715,9	17,0	495,0	22,3
Não remunerado	3.952,4	23,9	2.598,5	16,3	-1.354,0	-34,3
Funcionário Público e Militar	346,3	2,1	456,4	2,9	110,1	31,8
Total de ocupados	16.556,9	100,0	15.940,8	100,0	-649,3	-3,9

Fonte: PNAD 2004 e 2009 (microdados). Elaboração dos autores.

O presente estudo é desenvolvido para o Brasil como um todo e para seis cortes geográficos - regiões Norte (N), Nordeste (NE), Sudeste exceto São Paulo (SE-SP), Sul (S), Centro-Oeste (CO) e o estado de São Paulo (SP)-, pelos quais se pretende analisar as disparidades regionais de qualidade do emprego. São Paulo foi tomado como uma unidade em separado, por conta da maior diversificação das ocupações de sua população rural e outros aspectos que o distingue dos demais estados da Região Sudeste. São feitas comparações por gênero, tendo em vista as diferenças de gênero na inserção no emprego constatadas anteriormente, como em Balsadi (2000), Figueiredo; Branchi & Kageyama (2010).

Nesta pesquisa há uma preocupação em analisar a qualidade do emprego da PEA rural. No entanto, para as categorias dos conta-própria e empregadores, torna-se difícil caracterizar as ocupações exercidas. Essa questão é discutida por Balsadi (2000) e, seguindo os mesmos critérios adotados pelo autor, optamos por considerar apenas os ocupados na categoria de empregados, que correspondiam a cerca de 56,3% da PEA rural com 10 anos ou mais de idade segundo a PNAD 2009. A proporção de empregados rurais sobe para quase 60% quando considerada a PEA rural restrita, estudada neste trabalho, que exclui os ocupados não-remunerados que trabalharam menos de 15 horas por semana⁴. Justifica-se este último critério de seleção da população estudada porque, para avaliar a qualidade do emprego, é necessário que o emprego seja suficientemente caracterizado como tal, o que é questionável para um trabalhador com jornada semanal no trabalho principal menor que 15 horas pela qual não receba qualquer provento. Na agricultura, tal situação geralmente está associada à agricultura familiar, em que membros da família ou do domicílio ajudam, sem qualquer remuneração, outro membro empregado no desempenho de suas atividades. Por razões semelhantes, foram excluídos os ocupados em atividades de produção para autoconsumo ou autoconstrução. As amostras não incluem, também, os ocupados com rendimento no trabalho principal acima de R\$ 20.000,00, eliminando, assim, possíveis distorções que poderiam estar presentes sem esta seleção.

Resumidamente, a população estudada é composta pelos ocupados residentes no meio rural na categoria de empregados, com 10 anos ou mais de idade, exclusive os empregados sem remuneração que trabalharam menos de 15 horas por semana, e aqueles com rendimento no trabalho principal maior que R\$20.000,00 no mês de referência. Por fim, sub-amostras são extraídas segundo os cortes regionais e de grupos de atividades no trabalho principal.

A Tabela 2 apresenta a composição das amostras dos ocupados rurais na posição de empregado, após expansão dos casos da PNAD pelo peso da pessoa (fornecido pela PNAD), por região e gênero em 2004 e 2009. O total de pessoas pode divergir dos valores divulgados pelo IBGE para o número de empregados, tendo em vista a seleção feita com vistas a calcular índices de qualidade do emprego, além da depuração da amostra de forma a manter as observações para as quais se dispunha de informações para todas as variáveis utilizadas neste estudo. O número de ocupados rurais diminuiu de 5,3%, com as mulheres registrando uma contração ligeiramente maior da média (5,9%), fato que explica o aumento da proporção masculina em 2009.

O Estado de São Paulo apresentou uma dinâmica diferente das outras regiões, com um aumento dos ocupados de 12,3%. Nesse estado, que continua em 2009 na

⁴ Segundo a PNAD 2009, a PEA rural restrita ocupada na semana de referência é composta por 59,6% de empregados, inclusive não remunerados que declararam trabalhar mais de 14 horas por semana. 27,1% de conta-própria, 2,4% empregadores e 10,9% ocupados em atividades de produção para consumo próprio e construção para uso próprio.

penúltima posição em termos de número total de ocupados, as mulheres registraram um aumento de 23,9%, contra o 5,7% dos homens.

Na Tabela 3 encontram-se as amostras dos empregados rurais segundo o grupamento de atividades no trabalho principal da semana de referência. A contração da ocupação feminina ficou mais evidente na agricultura cujo peso na ocupação feminina caiu de 56,1% para 42,8%, em proporção maior do que a ocupação masculina, que no mesmo período registrou uma contração de 9 pontos percentuais chegando a 63,4% em 2009.

Tabela 2. Pessoas ocupadas na semana de referência na condição de empregado, segundo o gênero: Brasil e Regiões, 2004 e 2009.

Brasil e Regiões	Total		Feminino				Masculino					
	2004		2009		2004		2009		2004		2009	
	Num. (mil)	Num. (mil)	Num. (mil)	Part. (%)								
N	968,3	883,2	352,9	36,4	335,1	37,9	615,4	63,6	548,1	62,1		
NE	3859,4	3589,1	1420,3	36,8	1272,8	35,5	2439,1	63,2	2316,2	64,5		
SE - SP	1328,0	1298,2	457,3	34,4	445,0	34,3	870,7	65,6	853,2	65,7		
SP	681,1	764,8	247,5	36,3	306,6	40,1	433,5	63,7	458,2	59,9		
S	1680,8	1558,1	836,7	49,8	756,0	48,5	844,0	50,2	802,1	51,5		
CO	553,0	495,0	156,0	28,2	150,1	30,3	397,0	71,8	344,9	69,7		
Brasil	9070,5	8588,3	3470,7	38,3	3265,7	38,0	5599,8	61,7	5322,6	62,0		

Fonte: PNAD 2004 e 2009 (microdados). Elaboração dos autores.

A presença feminina em atividades não-agrícolas mostrou um bom grau de estabilidade com 1/3 das mulheres sempre ocupadas nos serviços domésticos e mais de 26% nos serviços relacionados à educação, saúde serviços sociais. Nessas duas atividades encontram-se 60,2% das mulheres ocupadas em 2009.

No caso dos trabalhadores rurais, mesmo diminuindo o número absoluto dos trabalhadores ocupados no setor agrícola, este setor continua sendo responsável pela ocupação da maioria dos empregados de gênero masculino (63,4% em 2009 contra 72,7% em 2004). Os ocupados em atividades não-agrícolas diminuíram sua presença na indústria de transformação (de 28,3% em 2004 para 25,2% em 2009) e registraram um leve aumento na construção de comércio. Essas três atividades continuam sendo os principais destinos dos ocupados rurais e nelas se encontravam, em 2009, 57,1% dos homens ocupados em atividades não-agrícolas.

Tabela 3. Pessoas ocupadas na semana de referência na sondição de empregado, segundo o gênero e o grupamento de atividade no trabalho principal: Brasil, 2004 e 2009.

Grupo de Atividade	Feminino				Masculino			
	2004		2009		2004		2009	
	Num. (mil)	(%)						
<i>Agrícola</i>	1.946,1	56,1	1.397,3	42,8	4.068,9	72,7	3.372,8	63,4
<i>Atividades não-agrícolas</i>	1.524,6	43,9	1.868,4	57,2	1.530,9	27,3	1.949,8	36,6
Outras ativ. industriais	2,5	0,2	2,1	0,1	51,7	3,4	67,8	3,5
Indústria de transformação	196,3	12,9	235,4	12,6	433,1	28,3	490,4	25,2
Construção	3,3	0,2	5,0	0,3	216,9	14,2	315,9	16,2
Comércio; reparação	148,2	9,7	170,0	9,1	214,7	14,0	306,6	15,7
Alojamento; alimentação	55,8	3,7	94,3	5,0	40,8	2,7	51,3	2,6
Transp., Armazenamento	16,3	1,1	16,2	0,9	98,6	6,4	143,0	7,3
Comunicações								
Administração pública	94,6	6,2	122,6	6,6	147,0	9,6	172,9	8,9
Educação; Saúde; Serviços sociais	404,2	26,5	501,1	26,8	77,7	5,1	122,6	6,3
Serviços domésticos	532,2	34,9	623,8	33,4	135,4	8,8	127,6	6,5
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	35,5	2,3	39,0	2,1	50,4	3,3	61,3	3,1
Outras atividades	35,3	2,3	58,9	3,2	63,8	4,2	88,8	4,6
Atividades mal-definidas	0,5	0,0			0,8	0,1	1,6	0,1
Brasil	3.470,7	38,3	3.265,7	38,0	5.599,8	61,7	5.322,6	62,0

Fonte: PNAD 2004 e 2009 (microdados). Elaboração dos autores.

1.1. Indicadores de Qualidade do emprego

As características do emprego são desenvolvidas tomando como base o trabalho principal do empregado, já que essa é a principal fonte na composição dos rendimentos dos empregados. Segundo a PNAD2009, entre os empregados rurais ocupados, 95,5% tinham apenas um trabalho, e o trabalho principal contribuía com 96,9% do rendimento total de todos os trabalhos, e com 86,0% do rendimento de todas as fontes.

Para investigar a qualidade do emprego dos empregados da PEA rural, são considerados alguns indicadores de emprego, com os quais são construídos Índices de Qualidade do Emprego (IQE), conforme Kageyama e Rehder (1993) e Balsadi (2000), cuja metodologia de construção encontra-se abaixo.

Primeiramente são construídos índices parciais que expressam três dimensões para avaliar a qualidade do emprego:

1. IP_{FORMAL} – relativo ao grau formalidade do emprego;
2. IP_{REND} que capta a dimensão dos rendimentos recebidos no trabalho principal;
3. IP_{AUX} que resume o papel dos auxílios recebidos pelos empregados na execução do trabalho principal.

Para avaliar a formalidade do emprego foram selecionados: A) % de empregados com idade acima de 15 anos, que expressa uma situação de ocupação sem o trabalho infantil; B) % de empregados com jornada semanal de até 44 horas, o que corresponde à participação dos empregados sem sobretrabalho; C) % de empregados com carteira assinada; e D) % de empregados contribuintes da Previdência social, sendo que os dois últimos itens expressam aspectos legais da formalização. O índice parcial para a formalidade do emprego é dado por:

$$IP_{FORMAL} = \frac{A+B+C+D}{4}$$

Na avaliação da dimensão do rendimento são consideradas duas variáveis: E) rendimento médio mensal e F) % de empregados com remuneração mínima acima de 1 salário mínimo. O índice parcial para a dimensão rendimento é dado por:

$$IP_{REND} = \frac{E+F}{2}$$

Normalmente, a semana de referência da pesquisa da PNAD ocorre na penúltima ou última semana de setembro. Portanto, na definição da variável **F)** foi tomado como referência o salário mínimo vigente em setembro do ano em questão, que valia R\$260,00 em setembro de 2004 e R\$465,00 em setembro de 2009, que são adotados como linhas divisórias para o cálculo da variável em 2004 e 2009, respectivamente.

Nesse índice parcial da dimensão renda, o rendimento médio foi padronizado segundo a fórmula $[(X - X_{\min}) / (X_{\max} - X_{\min})] * 100$, variando de 0 e 100, valores que correspondem, respectivamente, à renda mínima e a renda máxima das categorias que estão sendo comparadas. Vale salientar que antes de feita a padronização os rendimentos médios das categorias estudadas 2004 e 2009 foram deflacionados para setembro de 2010 com base no INPC, do IBGE. Justifica-se a escolha desse deflator pelo fato de que é obtido para famílias com rendimentos mensais compreendidos entre um e seis salários-mínimos⁵, expressando assim, de forma mais adequada, a inflação que afeta as famílias nos estratos inferiores da distribuição de renda.

Para avaliar o a qualidade do emprego segundo os auxílios recebidos foram selecionadas as variáveis: G) % de empregados que recebiam auxílio moradia; H) % de

⁵ Disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm > Acesso em 20 de março de 2011.

empregados que recebiam auxílio alimentação; I) % de empregados que recebiam auxílio transporte; J) % de empregados que recebiam auxílio educação; K) % de empregados que recebiam auxílio saúde. A dimensão auxílio foi calculada por:

$$IP_{AUX} = \frac{G + H + I + J + K}{5}$$

A partir desses índices parciais, o Índice de Qualidade do Emprego (IQE) é dado pela média aritmética dos índices parciais anteriores:

$$IQE = \frac{IP_{FORMAL} + IP_{REND} + IP_{AUX}}{3}$$

Como os índices não são padronizados, exceto para o rendimento no trabalho principal e para o rendimento médio, é possível utilizar os resultados para analisar a evolução da qualidade do emprego ao longo do tempo. Para essa comparação, trabalhou-se com a idéia de progresso relativo, conforme Balsadi (2000) e Kageyama e Rehder (1993), dado pela fórmula:

$$(\text{Valor do índice em } t_1 - \text{Valor do índice em } t_0) / (100 - \text{Valor do índice em } t_0)$$

Na composição do índice IQE, Balsadi (2007) considera também um índice parcial de educação dado pela média aritmética dos valores das seguintes variáveis: % de empregados alfabetizados, % de empregados com até quatro anos de estudo e % de empregados com oito ou mais anos de estudo. Assim IQE seria dado pela média dos índices parciais de Formalidade, Rendimento, Auxílios e Educação. Por entendermos que o índice de educação proposto é composto por variáveis associadas a características do trabalhador, e não do mercado de trabalho, não consideramos adequado sua utilização para avaliar a qualidade do emprego. Estaríamos nesse caso obtendo um indicador médio a partir de variáveis de naturezas diversas, o que não se justifica quando o foco é a qualidade do emprego. Dessa forma, no presente estudo a escolaridade das pessoas ocupadas é analisada à parte, como subsídios para entender as diferenças do nível educacional entre gêneros segundo as regiões.

2. Resultados

Os resultados sobre rendimento, escolaridade e Índices de Qualidade do Emprego parciais e geral (IQE), por gênero, referentes aos empregados rurais ocupados em 2004 e 2009 são tratados nesta seção, sendo que as análises serão apresentadas primeiramente para o total do Brasil e em seguida por região, sempre sob uma perspectiva de gênero.

2.1. Empregados rurais – escolaridade, renda e qualidade do emprego

No quinquênio estudado, a escolaridade dos empregados rurais ocupados evoluiu favoravelmente, podendo-se notar pela Tabela 4 uma melhora para ambos os grupos. As mulheres, que já apresentavam uma maior escolaridade média, a aumentaram em cerca de 1,4 anos, passando de 5,1 para 6,5 anos. Em 2009 cerca de 90% das empregadas rurais sabiam ler e escrever, quase 7% a mais do que a proporção de empregados do gênero masculino alfabetizados naquele ano. Em geral a tabela revela uma melhora da posição relativa das mulheres rurais empregadas, resultando em uma ampliação das diferenças de escolaridade entre gêneros. Resultados semelhantes estão presentes em estudos que tratam das disparidades de gênero no mercado de trabalho, como em Figueiredo & Branchi (2009) e Balsadi (2000).

Tabela 4. Proporção de alfabetizados e escolaridade média dos empregados rurais, segundo o gênero. Brasil, 2004 e 2009.

	Feminino		Masculino	
	2004	2009	2004	2009
% Alfabetizados	85,4	89,1	79,4	82,4
Variação 2004-2009 (p.p.)		3,7		3
Escolaridade média (anos)	5,1	6,5	4,3	5,2
Variação 2004-2009 (anos)		1,4		0,9

Fonte: PNAD 2004 e 2009 (microdados). Elaboração dos autores.

Na Tabela 5 pode ser observada a disparidade de rendimento entre trabalhadores rurais por gênero. Nos dois anos estudados, a remuneração média das empregadas rurais continuou inferior àquela dos homens, não alcançando nem em 2009 o valor da remuneração média masculina de 2004. A maior taxa de incremento dos rendimentos das mulheres permitiu reduzir o diferencial entre os dois grupos: enquanto que em 2004 o rendimento médio das mulheres chegava a 53,7% do rendimento dos homens, essa proporção aumentou para 64,6% em 2009. Porém, os baixos valores nominais, mesmo apresentando uma melhoria no período estudado, fizeram com que mais da metade das trabalhadoras rurais recebesse menos de meio salário mínimo mensal ainda em 2009.

Tabela 5. Rendimento no trabalho principal (em R\$ de set. de 2010) e proporção de empregados com rendimento menor a 1 SM^(a) e 1/2 SM correntes, segundo o gênero. Brasil, 2004 e 2009.

	Feminino		Masculino	
	2004	2009	2004	2009
Rendimento no trabalho principal	180,8	320,8	335,2	496,2
Variação 2004-2009 (%)		77,4		48
% < 1 SM	71,6	61,8	53,8	47,3
Variação 2004-2009 (p.p.)		-9,8		-6,6
% < 1/2 SM	63,5	53,7	38,5	31,1
Variação 2004-2009 (p.p.)		-9,8		-7,4

(a) O valor corrente do salário mínimo era de R\$260,00 em setembro de 2004 e R\$465,00 em setembro de 2009.

Fonte: PNAD 2004 e 2009 (microdados). Elaboração dos autores.

A Tabela 6 apresenta os resultados das três dimensões da qualidade do emprego estudadas neste trabalho e os índices parciais e geral. Pelos dados aí apresentados nota-se que em geral houve uma melhora relativa da qualidade do emprego medida pelo IQE entre os empregados rurais no período analisado, confirmando estudos sobre a qualidade do emprego rural e agrícola em períodos anteriores (Balsadi, 2000; Balsadi, 2007). A dimensão que mais contribuiu para o aumento do IQE é o Índice Rendimento, resultado já esperado tendo em vista a valorização do salário mínimo ocorrida no período analisado. Em seguida encontra-se o Índice Formalização, como reflexo do aumento dos empregos formais registrados no Brasil a partir de 2005. Finalmente, nota-se a inexpressiva contribuição dos auxílios para o progresso da qualidade do emprego rural no período analisado.

Observando com mais detalhes os resultados para os índices parciais, verifica-se que, exceto para o índice parcial relativo aos auxílios recebidos pelos empregados rurais, os demais registraram progresso entre 2004 e 2009. Com relação aos indicadores de formalização no emprego, houve um avanço na proporção de empregados rurais com carteira assinada ou com contribuição para a previdência entre 2004 e 2009. Também caiu a participação do trabalho infantil e a proporção de trabalhadores com jornadas que excedam 44 horas semanais. Entre as empregadas rurais registra-se maior progresso no índice parcial de formalização e de todos os seus componentes, porém, a proporção de empregadas rurais com carteira assinada é quase 4 pontos percentuais menor que a dos

empregados rurais de gênero masculino em 2009, o que significa que 62% daquelas não possuem carteira de trabalho assinada.

Com relação aos auxílios, nota-se uma retração da proporção de trabalhadores de gênero masculino recebendo auxílios moradia e alimentação, ao mesmo tempo em que aumentam as proporções de trabalhadores com auxílios transporte e saúde. As mulheres estão em maior proporção entre os que recebem auxílio alimentação, transporte e saúde em 2009, provavelmente como formas indiretas complementares aos baixos rendimentos monetários recebidos por estas. Outro fato que contribui para explicar a maior participação de mulheres recebendo auxílios se deve à sua marcante participação nos serviços domésticos, que pelas próprias características devem favorecer a ocorrência de tais formas indiretas de remuneração ao trabalho.

Tabela 6. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) e seus componentes para os empregados rurais, segundo o gênero. Brasil, 2004 e 2009.

	Feminino			Masculino		
	2004	2009	Progresso relativo (%)	2004	2009	Progresso relativo (%)
Índice formalização	57,4	64	15,5	53,7	59,9	13,5
% Empregados > 15 anos	93,7	96,7	47,3	88,9	93,6	42
% Jornada trabalho =< 44h	80,5	83,2	13,8	59,4	64,2	11,9
% Carteira assinada	31,7	38	9,2	37,4	42,3	7,8
% Contribuintes Previdência	23,8	38,3	19,1	28,9	39,6	15,1
Índice auxílios	14,8	15,1	0,4	16,6	15,4	-1,4
% Auxílio moradia	13,6	10,2	-3,9	32,2	23,4	-13
% Auxílio alimentação	35,1	34,2	-1,4	28,9	28,3	-0,9
% Auxílio transporte	18,1	21,8	4,5	13,8	17,1	3,8
% Auxílio educação	1,1	1,5	0,4	0,9	0,9	0
% Auxílio saúde	6,3	8	1,9	7	7,3	0,4
Índice rendimento	13,4	25,1	13,5	30,8	43,4	18,2
% com rendimentos > 1 SM	18,2	23,6	6,6	33,1	37,6	6,8
Rendimento médio (padronizado) ^(a)	8,6	26,6	19,7	28,5	49,2	29
IQE	28,6	34,8	8,7	33,7	39,6	8,9

(a) O rendimento médio padronizado para o Brasil foi calculado considerando os resultados do rendimento médio para o país e os cortes regionais conjuntamente. Foram atribuídos os valores zero para o rendimento mais baixo do conjunto (rendimento médio feminino no Nordeste em 2004) e cem para o mais alto (rendimento médio masculino em São Paulo em 2009).

Fonte: PNAD 2004 e 2009 (microdados). Elaboração dos autores.

Com relação ao índice de rendimento, nota-se que menos de um quarto das empregadas rurais recebiam mais de 1 salário mínimo em 2009, resultado esperado com base nos dados da Tabela 5. Além disso, o valor do rendimento padronizado desse grupo é quase a metade do auferido em média pelos ocupados rurais de gênero masculino. Novamente isso evidencia como as mulheres ocupadas no meio rural continuam em uma situação mais desfavorável, particularmente quanto ao rendimento do trabalho.

De uma forma geral, para estas é registrado um menor progresso da qualidade do emprego medida pelo IQE no período em questão, sendo que o valor de 34,8 do IQE atingido pelas empregadas em 2009 é ligeiramente superior ao IQE masculino de 2004. Nota-se também que o componente que mais contribuiu para esse progresso foi a formalização no trabalho seguindo-se o rendimento no trabalho principal, porém a qualidade do emprego usufruída pela empregada rural em geral está ainda muito distante daquelas usufruídas por trabalhadores de gênero masculino, principalmente com relação à renda, e, em menor peso, à formalização. Assim, o mundo do trabalho da mulher rural tem evoluído lentamente, mas ainda enfrenta condições extremamente desiguais que se expressam nos baixos salários e menor formalização. Vale lembrar aqui a questão levantada por Abramo (2007) sobre como a sociedade valoriza o trabalho feminino, ou seja, permanece a visão do trabalho feminino secundário, complementar ao trabalho masculino, e como tal é menor valorizado. Aparentemente essa mesma visão persiste no rural brasileiro.

3.2. Diferenças regionais da qualidade do emprego, rendimento e escolaridade entre os empregados rurais

Após ter comentado a evolução do IQE rural, nessa seção será focada uma análise regional com o objetivo de verificar se as tendências gerais sofreram dinâmicas locais diferentes. Os dados da Tabela 7 permitem detalhar a evolução positiva dos indicadores de educação entre os empregados rurais ocupados entre 2004 e 2009. Única exceção encontra-se com relação à proporção de alfabetizados entre os homens em São Paulo e no Sul que registrou um ligeiro recuo. O nível de educação dos empregados rurais é mais alto São Paulo, onde são registradas médias de 8,4 anos de estudo para as mulheres e 7,3 anos para os homens ocupados. Nota-se ainda que nesse estado ocorreram os maiores incrementos na escolaridade média dos homens, comparativamente às demais unidades estudadas. No Nordeste são encontrados os menores níveis de escolaridade.

Tabela 7. Proporção de alfabetizados e escolaridade média dos empregados rurais segundo o gênero. Brasil e Regiões, 2004 e 2009.

Região	Escolaridade Média				Sabe Ler e Escrever			
	Feminino		Masculino		Feminino		Masculino	
	2009	Variação 2004-09 (anos)	2009	Variação 2004-09 (anos)	2009	Variação 2004-09 (p.p.)	2009	Variação 2004-09 (p.p.)
N	6,7	1,7	5,3	1,0	89,8	4,2	85,1	2,5
NE	5,8	1,4	4,4	1,0	82,1	5,1	73,8	5,8
SE-SP	6,1	0,9	5,1	0,7	90,7	3,5	86,8	2,0
SP	8,4	1,7	7,3	1,4	96,0	2,2	92,8	-0,9
S	6,7	1,0	6,5	0,6	95,9	0,6	92,7	-1,1
CO	7,7	1,8	5,5	0,8	94,0	3,1	87,8	2,3
BRASIL	6,5	1,4	5,2	0,9	89,1	3,7	82,4	3,0

Fonte: PNAD 2004 e 2009 (microdados). Elaboração dos autores.

Numa comparação por gênero, a tendência geral da maior escolaridade feminina é confirmada em todos os cortes regionais, assim como o seu maior incremento no período analisado, comparativamente ao grupo de empregados do gênero masculino. Em São Paulo e no Centro-Oeste encontram-se os maiores níveis de escolaridade entre as mulheres, notando-se que naquele estado, na média, a empregada rural completou os oito anos do ensino fundamental. O crescimento da proporção de alfabetizados em 2009 registrado em geral para o Brasil é confirmado em todas as regiões e grupos, exceto para os homens em São Paulo e na região Sul. Também para este indicador houve uma melhora relativamente maior entre as mulheres empregadas, comparativamente aos homens, exceto no Nordeste.

Dessas observações, conclui-se que continua um distanciamento do nível educacional entre homens e mulheres em favor destas no rural brasileiro, confirmando uma tendência já registrada por outros estudos, como em Figueiredo e Branchi (2009). Vale lembrar que apesar da maior escolaridade, a principal ocupação não-agrícola entre as empregadas rurais é constituída pelos serviços domésticos, enquanto que entre as ocupações não-agrícolas dos homens empregados, justamente o grupo de menor escolaridade, predominam as atividades na indústria, construção, comércio e reparação, em que a escolaridade provavelmente representa um diferencial relevante.

Como na seção anterior em relação à qualidade do emprego, são analisados inicialmente os índices parciais de formalização, rendimento e auxílios, para em seguida apresentar e discutir os resultados regionais do IQE.

O indicador da Formalidade do Emprego registrou progressos relativos abaixo da média nas regiões Norte e Nordeste para ambos os grupos e no Sudeste sem São Paulo para as trabalhadoras rurais. Pela Tabela 8 nota-se que quanto à formalidade no emprego rural, o estado de São Paulo apresenta os maiores valores, independente do gênero do trabalhador rural, com uma evolução acima da média nacional. Deve-se apontar que da análise da evolução das variáveis que compõem esse índice, verificou-se que:

1. o trabalho infantil caiu substancialmente no período analisado em todas as regiões, sendo que São Paulo registra a menor participação do trabalho infantil – cerca de 1,2% entre os homens e não registra trabalho infantil entre as empregadas rurais;

2. as jornadas de trabalho são mais extensas em São Paulo, no Sudeste-SP e no Centro-Oeste, particularmente para os homens. Nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, exceto São Paulo e Centro-Oeste, mais de 80% das empregadas rurais trabalham até 44 horas semanais. No Sul a diferença de jornada entre homens e mulheres é menor – provavelmente associada à agricultura familiar. Exceto para o Norte e Nordeste, houve uma evolução com relação a esse indicador, significando queda da proporção de empregados com sobretrabalho entre 2004 e 2009;

3. com relação à formalização dos empregados rurais, verificou-se que no Nordeste apenas 27% dos homens e 20% das mulheres tinham carteira de trabalho assinada. Já em São Paulo essas proporções eram de, respectivamente 74% e 64%. As empregadas rurais paulistas experimentaram o maior aumento da formalização – aumento da participação relativa em 0,29, enquanto que no Norte e Nordeste a evolução foi bastante modesta.

Tabela 8. Índice Parcial de Formalização no trabalho para os empregados rurais segundo o gênero. Brasil e Regiões, 2004 e 2009.

Região	Feminino			Masculino		
	2004	2009	Progresso relativo (%)	2004	2009	Progresso relativo (%)
N	55,8	60	9,5	49,9	55,9	12
NE	53,9	58	8,8	49,8	54,2	8,6
SE-SP	57,6	63,8	14,8	51,9	59,2	15,2
SP	66,2	76,2	29,6	69,1	75,6	21,1
S	60,7	68,4	19,7	59,2	67,5	20,3
CO	58,1	66,5	20,1	53,3	65,2	25,4
BRASIL	57,4	64	15,5	53,7	59,9	13,5

Fonte: PNAD 2004 e 2009 (microdados). Elaboração dos autores.

Dessas considerações conclui-se que houve uma evolução positiva quanto à formalização no trabalho, sendo que apenas em São Paulo o avanço na formalização foi maior para as mulheres rurais empregadas, comparativamente aos homens. Verificou-se também que a evolução dos resultados médios desse índice parcial no Nordeste e Norte se deve muito mais à menor presença de sobretrabalho do que à formalização através de carteira assinada ou contribuição à previdência, enquanto que para São Paulo esses dois últimos itens têm maior peso no resultado médio. Dessa forma, a grande maioria dos empregados rurais do Norte e Nordeste tem sido privada dos direitos trabalhistas inerentes ao trabalho formal, com carteira assinada e/ou contribuição à previdência, em claro contraste com os empregados das regiões mais desenvolvidas da União.

Com relação ao rendimento no trabalho principal, os resultados da Tabela 9 indicam que a tendência geral de aumento real entre 2004 e 2009 foi confirmada em todas as regiões. Nota-se que para as mulheres ocupadas os avanços no Sul e no Nordeste são notáveis, provavelmente devido ao ingresso das mulheres no mercado assalariado e/ou formal, em detrimento do trabalho não assalariado e/ou associado à agricultura familiar. Embora os rendimentos médios evidenciem as disparidades de gênero nos dois anos analisados, o maior aumento dos mesmos entre as mulheres empregadas sugerem um processo de lenta convergência em direção a uma maior equalização de rendimentos no Brasil e regiões. Ou seja, os resultados estão consistentes com a idéia de um deslocamento das fronteiras da desigualdade (e não sua superação) como discutido por Abramo (2007).

Tabela 9. Rendimento médio real(a) no trabalho principal dos empregados rurais segundo o gênero. Brasil e Regiões, 2004 e 2009.

Região	Feminino			Masculino		
	2004	2009	Var 2009/04 (%)	2004	2009	Var 2009/04 (%)
N	190,6	332,2	74,3	375,8	532,7	41,7
NE	114,0	222,9	95,5	193,3	323,5	67,4
SE-SP	213,6	316,5	48,2	371,8	513,9	38,2
SP	460,0	652,0	41,7	672,7	890,9	32,4
S	167,0	314,8	88,5	401,8	622,0	54,8
CO	302,3	492,0	62,7	553,3	737,2	33,2
BRASIL	180,8	320,8	77,4	335,2	496,2	48,0

(a) valores de setembro de 2010, segundo o INPC.

Fonte: PNAD 2004 e 2009 (microdados). Elaboração dos autores.

A Tabela 10 mostra que pelo índice de rendimento, elaborado a partir do rendimento médio padronizado e da proporção de empregados ganhando mais de 1 SM, o resultado não se apresenta tão favorável para as mulheres. Isso porque este índice capta as dimensões do rendimento médio e uma medida de “riqueza” com relação à participação dos grupos entre os que recebem mais de 1 SM mensalmente. Em ambos os casos, as mulheres estão em situação inferior comparativamente aos homens empregados. Nota-se que entre os ocupados rurais do Nordeste, independente do gênero, o índice de rendimento se encontra abaixo da média nacional, o que também se verifica em 2009 para as ocupadas rurais da Região Sudeste exceto São Paulo.

Constata-se, ainda, que o progresso relativo experimentado pelas empregadas rurais ocupadas foi sempre inferior ao experimentado pelos homens ocupados, fruto principalmente dos rendimentos no trabalho principal em média mais baixos quando se trata das mulheres ocupadas com residência rural, e do limitado acesso destas à rendimentos maiores que 1 SM. Pela comparação entre os cortes geográficos considerados nota-se também que o índice de renda é superior no estado de São Paulo, seguindo-se as regiões Sul e Centro-Oeste.

Tabela 10. Índice Parcial de Rendimento no trabalho para os empregados rurais segundo o gênero. Brasil e Regiões, 2004 e 2009.

Região	Feminino			Masculino		
	2004	2009	Progresso relativo (%)	2004	2009	Progresso relativo (%)
N	13,4	25,3	13,7	34,1	46,2	18,4
NE	3,9	12,7	9,2	11,7	22,0	11,7
SE-SP	16,5	22,5	7,2	35,2	46,0	16,7
SP	51,3	65,4	29,0	74,5	90,2	61,8
S	14,2	27,6	15,6	42,7	61,0	31,9
CO	26,4	42,5	21,9	60,3	73,2	32,5
BRASIL	13,4	25,1	13,5	30,8	43,4	18,2

Fonte: PNAD 2004 e 2009 (microdados). Elaboração dos autores.

Com relação aos auxílios recebidos pelo empregado, a Tabela 11 revela que sua presença é maior em São Paulo, Sul e Centro-Oeste. As modestas variações gerais escondem tendências regionais divergentes. Para as trabalhadoras rurais, o pequeno progresso relativo no período é o resultado de reduções relativas desse índice no Nordeste e, em proporção menor, no Centro Oeste e Sudeste sem São Paulo. No estado de São Paulo houve o maior incremento percentual do período. A redução geral desse indicador para os homens ocupados no meio rural é registrada, com pequenas variações, em todas as regiões exceto São Paulo onde houve uma pequena melhora.

Tabela 11. Índice Parcial de Auxílios no trabalho para os empregados rurais segundo o gênero. Brasil e Regiões, 2004 e 2009.

Região	Feminino			Masculino		
	2004	2009	Progresso relativo (%)	2004	2009	Progresso relativo (%)
N	11,3	14,0	3,1	20,0	19,2	-1,0
NE	11,7	9,0	-3,0	11,1	9,9	-1,3
SE-SP	14,4	13,9	-0,6	16,6	16,2	-0,5
SP	20,1	26,6	8,1	22,7	23,6	1,2
S	18,3	18,8	0,6	19,0	17,6	-1,8
CO	19,2	18,0	-1,6	25,8	23,8	-2,8
BRASIL	14,8	15,1	0,4	16,6	15,4	-1,4

Fonte: PNAD 2004 e 2009 (microdados). Elaboração dos autores.

Pelo índice IQE, que consolida os índices parciais (Tabela 12), é possível verificar que houve uma melhora da qualidade do emprego em todas as regiões. Como evidenciado/comentado antes o IQE é menor no grupo das mulheres empregadas tanto em 2004 como em 2009, assim como foi menor o progresso relativo registrado no período. Esse resultado se repete por todas as regiões, exceto em São Paulo, onde a melhora do índice foi de 18,8% entre as trabalhadoras, contra 17,4% para a qualidade do emprego da PEA rural masculina. Dessa forma, pode-se inferir que as transformações do mundo do trabalho para os empregados com residência rural aparentemente têm sido desfavoráveis para as mulheres.

Os empregados rurais do Nordeste, independente do gênero, desfrutam de pior qualidade do emprego, tendo também experimentado o menor progresso relativo entre 2004 e 2009, revelando tanto a precariedade do trabalho, como o pequeno progresso, comparativamente às demais regiões, o que deve contribuir para aumentar ainda mais as disparidades regionais da qualidade do emprego rural no Brasil. Nesse aspecto, e dentro de uma perspectiva de busca da queda das desigualdades no Brasil, estratégias de políticas públicas que visem um avanço mais rápido da formalização no emprego para homens e mulheres, inclusive com a adoção do salário mínimo como referência entre os trabalhadores rurais, e o combate do trabalho infantil nessa região, devem contribuir para uma melhora das condições da PEA rural na região, bem como uma diminuição do extremo atraso do rural nordestino com relação às demais regiões.

Tabela 12. Índices de Qualidade do Emprego para os empregados rurais segundo o gênero. Brasil e Regiões, 2004 e 2009.

Região	Feminino			Masculino		
	2004	2009	Progresso relativo (%)	2004	2009	Progresso relativo (%)
N	26,8	33,1	8,6	34,6	40,4	8,8
NE	23,2	26,6	4,4	24,2	28,7	5,9
SE-SP	29,5	33,4	5,6	34,6	40,5	9
SP	45,8	56	18,8	55,4	63,2	17,4
S	31,1	38,3	10,4	40,3	48,7	14
CO	34,6	42,3	11,8	46,5	54	14,1
BRASIL	28,6	34,8	8,7	33,7	39,6	8,9

Fonte: PNAD 2004 e 2009 (microdados). Elaboração dos autores.

Em suma, em todas as regiões, em ambos os anos analisados, às mulheres empregadas pertencentes à PEA rural correspondem valores substancialmente inferiores do índice de qualidade do emprego comparativamente aos homens empregados, sendo que as maiores disparidades são encontradas nas regiões Centro-Oeste e Sul.

Como resultado da evolução regional dos índices parciais, o IQE apresentou maior progresso relativo no estado de São Paulo, para os dois grupos de trabalhadores rurais, estado no qual já registrava os maiores valores. No Nordeste, região com os menores valores de IQE, para ambos os grupos houve o menor progresso relativo. Em síntese parece confirmada e acentuada a tendência regional com o Nordeste na pior posição na qualidade de emprego rural e onde, no caso das trabalhadoras rurais, ampliou-se a diferença na qualidade de emprego com relação a São Paulo.

Conclusões

No Brasil no período de 2004-2009 a população economicamente ativa residente no meio rural diminuiu de 3,9% chegando a 15.940 mil trabalhadores. Mesmo tendo aumentado o número absoluto de trabalhadores com carteira assinada, confirmando no meio rural a tendência geral de maior nível de formalização do mercado de trabalho brasileiro, esse grupo representava pouco mais de 15% dos ocupados em 2009. Nesse período a contração do número de trabalhadores ocupados sem remuneração ou por conta própria parece confirmar uma tendência favorável ao trabalhador também no meio rural. Em direção contrária, porém, se registra o crescimento dos ocupados em

atividades relacionadas ao autoconsumo e autoconstrução, sinalizando como o mercado rural continua difícil para o trabalhador.

Limitando o estudo aos trabalhadores ocupados, a queda do número de trabalhadores continua evidente, uma tendência que está presente em todas as regiões com exceção para o Estado de São Paulo onde o aumento de 23,9% das mulheres ocupadas, contra o 5,7% de aumento da ocupação masculina, determinou um crescimento da ocupação de 12,3%.

O peso da ocupação agrícola caiu para os dois grupos, mas continua sendo o setor predominante para os homens (passou de 72,7% em 2004 para 63,4% em 2009). Para as mulheres essa proporção passou de 56,1% em 2004 para 42,8% em 2009. Em termos de ocupações não-agrícolas, a distribuição setorial para os dois grupos ficou praticamente estável, com os homens ocupados principalmente na indústria de transformação, construção civil e comércio (respondendo por 57% dos ocupados em atividades não agrícolas) e as mulheres nos serviços domésticos e setores de educação e saúde (60%, dos quais mais de 33% em serviços domésticos).

Considerando o IQE como uma medida sintética da qualidade de emprego cuja composição inclui tanto as remunerações quanto outros fatores que levam a qualificar o tipo de emprego, nesse estudo foi constatada uma melhora geral da qualidade do emprego no meio rural devido principalmente à componente das remunerações. Porém, esse avanço não melhorou a posição relativa das mulheres trabalhadoras rurais já que o progresso relativo do IQE feminino foi menor do que o masculino, deixando as mulheres em 2009 em um nível de qualidade de emprego pouco superior ao nível masculino de 2004. De novo, esse resultado é imputável à componente das remunerações: as mulheres continuam tendo um rendimento médio muito baixo (em 2009 mais da metade delas recebia até meio salário mínimo), confirmando que, numa estratégia familiar de participação no mercado de trabalho, as mulheres continuam como uma força de trabalho secundária, complementando a renda familiar em momento de necessidade e/ou participando com maior precariedade, como já apontado por Abramo, (2007).

A evolução regional do IQE evidencia um aprofundamento da diferença na qualidade do emprego nos dois extremos, São Paulo e Nordeste, para ambos os grupos. Em São Paulo todas as componentes do IQE registraram variações positivas acima da média nacional. O Nordeste, apesar do elevado crescimento real das remunerações durante o quinquênio estudado, manteve as menores médias regionais, abaixo das nacionais, para os dois grupos de trabalhadores, tendo experimentado, também, o menor avanço em termos de índice de formalização, e contração da componente auxílio, especialmente forte no caso das mulheres (já que em termos nacionais essa componente aumentou e, especialmente para São Paulo, houve um elevado progresso relativo).

Em geral podemos concluir que as mulheres se beneficiaram menos do que os homens da fase mais favorável do mercado de trabalho no meio rural desses últimos anos e que as diferenças regionais, pelo menos nos casos extremos, se agravaram.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, L. W.. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** São Paulo:USP, 2007 (tese de doutorado).
- BALSADI, O.. **Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90.** Campinas: Unicamp, 2000 (dissertação de mestrado).
- BALSADI, O. Qualidade do emprego na agricultura brasileira no período 2001-2004 e suas diferenças por culturas. **RER**, Rio de Janeiro, vol 45, N. 2, p.409-444. 2007.
- BRUSCHINI, M. C. A.. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n°132, p.537-572. set/dez. 2007.
- FIGUEIREDO, N.M.S; BRANCHI, B. A.; KAGEYAMA, A. Os trabalhadores rurais na Região Metropolitana de São Paulo: diversificação dos rendimentos e estratégias familiares nos anos 90 e 2000. In: **Anais do VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural.** Porto de Galinhas (PE), novembro de 2010.
- FIGUEIREDO, N.M.S; BRANCHI, B. A. Evolution of poverty and income distribution in Brazilian rural: An analysis by gender between 1992 and 2007. In: **FAO-IFAD-ILO Workshop on Gaps, trends and current research in gender dimensions of agricultural and rural employment: differentiated pathways out of poverty.** Roma, abril de 2009. Disponível em: <http://www.fao-ilo.org/more/workshop/papers/en/> .
- GRAZIANO DA SILVA, J.. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia.** Campinas, IE/UNICAMP, 1997.
- HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso às políticas públicas no meio rural brasileiro. In: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher –UNIFEM (org.) **O progresso das mulheres no Brasil.** Brasília: Unifem/Ford Foundation/Cepia, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)** - Notas técnicas, v.24, Rio de Janeiro, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)** – Notas Técnicas, v.28, Rio de Janeiro, 2008.
- IPEA. Comunicado da Previdência nº 11: PNAD 2007 - **Primeiras Análises: Demografia Gênero.** Brasília: IPEA, 2008.
- IPEA. Comunicado da Previdência nº 31: PNAD 2008 – **Primeiras Análises: Demografia, Trabalho e Previdência.** Brasília: IPEA, 2009.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, A. **Modernização, produtividade e emprego na Agricultura: uma análise regional**. Campinas: UNICAMP, 1985 (tese de doutorado).

KAGEYAMA, A. A.; REHDER, P.. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.31, n.1. p. 23-44, 1993.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. A. Formalização e informalização do emprego no Brasil rural. In: **Anais do 45º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Londrina, 2007.

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004. **Microdados** (CD), IBGE.

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009. **Microdados** (CD), IBGE.

OSAKABE, E. Caracterização do trabalho feminino no rural brasileiro. In: **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Riberão Preto, 2005.